



As mulheres do Assentamento Serra Verde, Barra do Garças-MT: trabalho e participação

Ana Heloísa Maia¹

Flaviana Cavalcanti da Silva²

RESUMO: O presente trabalho, partiu da necessidade de compreender como se dá a atuação da mulher dentro do Assentamento Serra Verde, objeto de estudo, a participação nas decisões, o trabalho no lote e coletivo, as atividades que desenvolvem no dia-a-dia e os desafios para o reconhecimento da figura de mulher e agricultora. A metodologia envolveu a aplicação de questionários, observação direta e análise de discurso para posterior apresentação dos resultados. As mulheres do Assentamento Serra Verde em sua maioria estão envolvidas nas decisões quantos aos aspectos produtivos e domésticos da propriedade, possuem forte engajamento político e social. A participação no grupo de mulheres tem proporcionado a elas o reconhecimento e renda por meio do trabalho que realizam. A atuação do agente de ATER dentro do assentamento tem motivado a participação das mulheres na esfera pública o que denota a importância deste no processo de empoderamento feminino, mas ainda é necessário garantir a continuidade das atividades desenvolvidas pelas mulheres no grupo, criando-se estratégias que permitam a reprodução da agricultura familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar; Gênero; Assentamento Rural; Pluriatividade

THE WOMEN OF THE SERRA VERDE SETTLEMENT, BARRA DO GARÇAS-MT: WORK AND PARTICIPATION

ABSTRACT: The present study, we started with the need to understand how women work within the Serra Verde settlement, object of study, participation in decisions, work in the lot and collective, the activities they develop in the day-to-day and the challenges for the recognition of the figure of woman and farmer. The methodology involved the application of questionnaires, direct observation and discourse analysis for the subsequent presentation of the results. The women of the Serra Verde settlement are mostly involved in decisions regarding the productive and domestic aspects of the property, they have a strong political and social commitment. Participation in the women's group has provided them with recognition and income through the work they do. The role of the ATER agent within the settlement has motivated the participation of women in the public sphere, which indicates their importance in the process of female empowerment, but it is still necessary to guarantee the continuity of the activities carried out by the women in the group, creating strategies that reproduction of family farming.

KEYWORDS: Family farming; Genre; Rural settlement; Pluriativity.

¹ Doutora em Agronomia/Sistemas de Produção pela UNESP Campus de Ilha Solteira-SP. E-mail: anaheloisamaia@unemat.br

² Docente do Curso de Agronomia da Unemat Câmpus de Tangará da Serra-MT. E-mail: flavianacavalcanti@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa faz parte de um projeto³ mais amplo intitulado “Mulheres da terra: trajetória, permanência e empoderamento feminino no Assentamento Serra Verde, Barra do Garças-MT”, que tem como objetivo realizar uma investigação sobre as mulheres do Assentamento Serra Verde, o trabalho, o lazer, seus projetos de vida e estratégias de permanência, além de identificar de que forma as ações voltadas para seu empoderamento via instituições públicas/privadas e órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER que atuam diretamente no assentamento, tem favorecido o reconhecimento dessas mulheres.

A escolha da temática dessa pesquisa deu-se principalmente devido aos escassos estudos sobre mulheres rurais na região. Neste contexto, ao refletir sobre as mulheres assentadas, cuja trajetória envolve as migrações e lutas por terra, é admitir que a construção da identidade se encontra carregada de elementos voltados à memória das lutas passadas, às experiências que viveram em grupo e às tradições históricas, culturais e as transformações que marcam suas vidas (MENEGAT, 2008).

No presente trabalho, partiu-se da necessidade de compreender como se dá a atuação da mulher dentro do assentamento objeto de estudo, a participação nas decisões, o trabalho no lote e coletivo, as atividades que desenvolvem no dia-a-dia e os desafios para o reconhecimento da figura de mulher e agricultora. Dentro desta perspectiva, segundo Maia *et al.* (2018a) a questão da invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura familiar é um tema muito discutido no meio científico, pois ainda que as mulheres trabalhem efetivamente no conjunto de atividades no lote, realizando por vezes múltiplas jornadas de trabalho, este é reconhecido apenas como ajuda e grande parte delas não recebem qualquer remuneração pelas atividades que executam.

O não reconhecimento do trabalho da mulher na produção agropecuária familiar reflete as desigualdades de gênero. De acordo com Barduni Filho, Deleposte e Carvalho (2010) a palavra gênero refere-se as características e qualidades atribuídas ao masculino e feminino, as percepções dos sujeitos, quanto ao papel desempenhado por homens e mulheres em todos os aspectos social, político, econômico, privado/público e cultural, construídos ao longo dos tempos nas relações sociais.

No contexto familiar rural brasileiro há uma delimitação entre o doméstico e público, balizada pelo o que chamamos “do lar e da roça”, constituído culturalmente pela divisão do trabalho e a incumbência de funções masculino e feminino. Essa

³ Coordenadora: Profa. Dra. Ana Heloisa Maia, docente do Curso de Agronomia da Unemat Câmpus de Nova Xavantina-MT. O projeto é realizado desde 2017, envolvendo pesquisadores da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat, Universidade Federal do Estado de Mato Grosso – UFMT Câmpus de Sinop, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp Câmpus de Ilha Solteira-SP e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Unidade Avançada do Vale do Araguaia, Barra do Garças-MT.

estruturação em domínios doméstico e público no meio rural, são os reflexos de uma sociedade patriarcal, onde a supremacia dos homens, relacionada ao domínio público da vida, e as mulheres limitavam-se a apenas ao espaço doméstico (FREIRE, 1975).

Ainda que existam políticas públicas voltadas ao reconhecimento da mulher e seu empoderamento em áreas de assentamentos rurais, os resultados são a longo prazo, para Refati, Fabrini e Marschner (2017) as mudanças em relação a subordinação das mulheres no campo, exige superar as desigualdades de gênero, impostas socialmente, mas por meio de ações efetivas que indiquem mais do que oportunidades, e sim ações efetivas que garantam suprir suas necessidades imediatas. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar os aspectos relacionados ao trabalho e a participação das mulheres nos diversos processos (produtivos, organizativos e culturais) no Assentamento Serra Verde, município de Barra do Garças-MT.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado no Projeto de Assentamento Serra Verde, localizado no município de Barra do Garças-MT, motivado principalmente pela ausência de pesquisas sobre mulheres rurais na região, havendo a necessidade de conhecer o universo dessas mulheres do assentamento, possibilitando o compartilhamento dos resultados obtidos para conhecimento e debate sobre essa realidade.

O método baseia-se na abordagem qualitativa, amplamente utilizada no desenvolvimento das pesquisas descritivas (OLIVEIRA, 1999). De acordo com Gil (1991, p. 5) esse tipo de abordagem “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Envolvendo também o levantamento documental junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Unidade Avançada de Barra do Garças-MT e pesquisa de campo (realizada durante os meses de junho a agosto de 2018, totalizando quatro campos), por meio de observação direta e interpretação da realidade vivenciada, além da aplicação de questionários junto as mulheres do assentamento.

Foi aplicado questionário semiestruturado com questões abertas e fechadas com 20 mulheres do assentamento. Este total de mulheres corresponde as que estavam presentes nos lotes no momento da pesquisa e que aceitaram participar da mesma. O questionário foi constituído de questões que visavam caracterizar as mulheres e a família, a participação nas decisões, o trabalho executado no lote, as fontes de renda, a participação social e política, seus planos futuros e projetos de vida, no intuito de compreender o papel mulher na unidade familiar e os desafios

encontrados nessa trajetória.

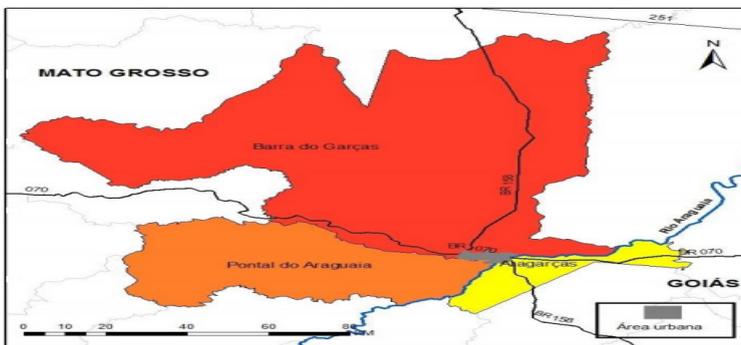
A aplicação do questionário foi realizada durante as visitas aos lotes/propriedades, buscando empregar uma abordagem, que proporcionasse liberdade as mulheres para expor os aspectos inerentes ao tema da pesquisa. Após o trabalho de campo, os dados dos questionários foram tabulados e analisados no intuito de apontar os aspectos que possam contribuir para o entendimento do universo dessas mulheres no assentamento. Na transcrição dos depoimentos, as mulheres foram identificadas somente com a letra M (mulher), seguida do número do questionário aplicado e idade. Em toda esta análise deve-se considerar que os sujeitos não são plenamente conscientes das estratégias que utilizam, portanto é necessário um trabalho de análise e interpretação dos discursos, a comparação dos diferentes discursos sobre situações semelhantes e a observação das práticas para melhor alcance dos resultados (MAIA, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS E DO ASSENTAMENTO SERRA VERDE

O município de Barra do Garças, localiza-se na região leste mato-grossense e é considerado o oitavo município mais populoso do estado de Mato Grosso, possuindo cerca de 60 mil habitantes e área de 9.078 km² de extensão, com sua economia baseada nas atividades agropecuárias (principalmente na pecuária de corte e produção de grãos – milho e soja), turismo e comércio. É unificada a mancha urbana de duas cidades Pontal do Araguaia -MT, Aragarças – GO (Figura 1), cuja divisa são apenas os Rios Garças e Araguaia (IBGE, 2018).

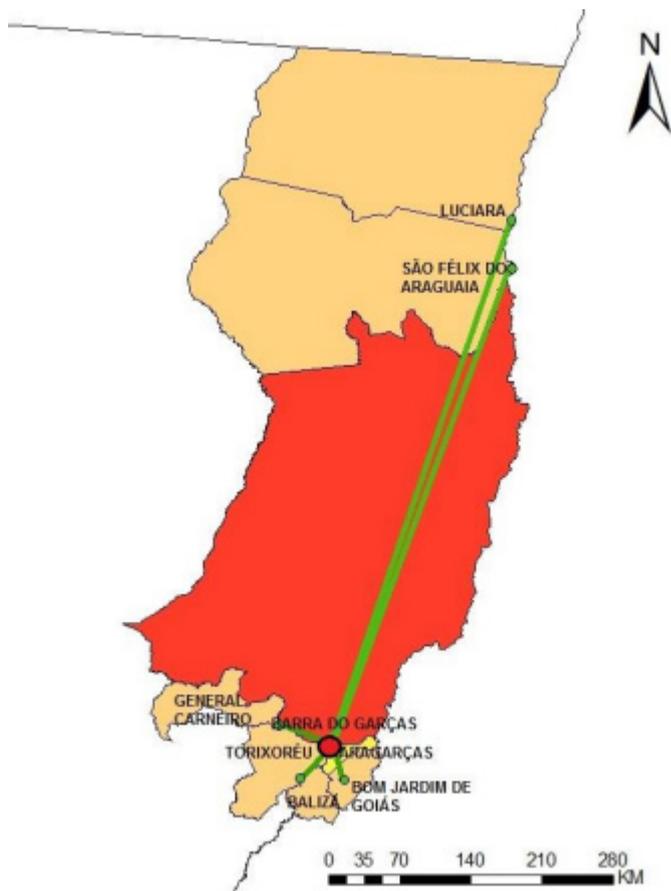
Figura 1 - Localização geográfica do município de Barra do Garças-MT e a mancha urbana que o unifica a Pontal do Araguaia - MT e Aragarças-GO.



Fonte: IBGE (2018).

Com predomínio dos biomas de Cerrado, Amazônia e de transição o aglomerado de oito cidades próximas a Barra do Garças (Figura 2) soma mais de 125 mil habitantes que transitam e comercializam diariamente em conjunto sendo considerada uma Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) e por ser um polo regional, um quinto dos habitantes da região vive na cidade de Barra do Garças, e em paralelo à concentração urbana, a região apresenta um índice de ruralidade de 32%, quase o dobro se comparado com o restante do Estado, 18% (ISA, 2012).

Figura 2 – Municípios limítrofes de Barra do Garças que formam a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE).

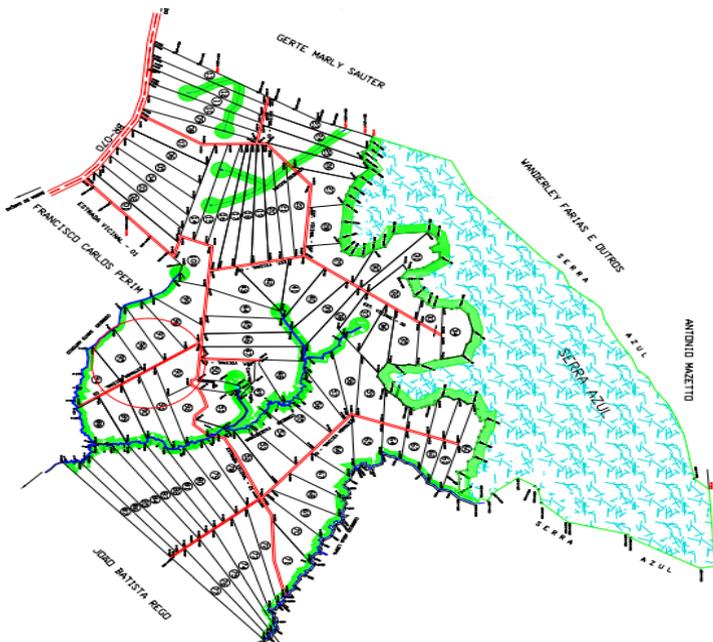


Fonte: Adaptado de Santos (2016).

Ainda que as características demonstrem essa perspectiva de RIDE, de acordo com dados do INCRA (2009) 1,8% dos estabelecimentos, todos com mais de 10.000 hectares, ocupam 35% do território regional; enquanto que os estabelecimentos com menos de 100 ha (27,3%) ocupam 1,0% da área, demonstrando uma estrutura fundiária concentrada fundamentalmente em grandes propriedades.

O Projeto de Assentamento (P.A.) Serra Verde (Figura 3), localiza-se no município de Barra do Garças-MT, dista cerca de 30 km da cidade. Possui uma área total de aproximadamente 3000 hectares, onde vivem 100 famílias, em lotes de 17 hectares, além de diversos cursos d'água e nascentes, com uma área de preservação permanente (em cor verde no mapa) de mais de 600 hectares de Serra (indicada em cor azul no mapa) (INCRA, 2016). O histórico da área é de intenso uso do solo e recursos naturais, o que acaba sendo um fator limitante a produção agropecuária, realidade típica de outras áreas destinadas à formação de assentamentos rurais no Brasil.

Figura 3 – Mapa da área do Assentamento Serra Verde. Barra do Garças-MT.



Fonte: Incra, Unidade Avançada do Vale do Araguaia, Barra do Garças-MT (2018).

De acordo Oliveira *et al.* (2018) o processo de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária⁴ da fazenda Serra Verde teve início no ano de 2004, a partir da ocupação das famílias de trabalhadores rurais sem terra nas margens da rodovia BR -70, próxima a sede da fazenda. Após vistorias e emissão de laudo de constatação de improdutividade da área pelo Incra, deu-se o decreto presidencial de desapropriação da Fazenda Serra Verde para fins de reforma agrária, com emissão na posse em 2007, entretanto, o então proprietário entrou com pedido de reintegração de posse, ajuizando o pedido na Justiça Federal. Em 2009, o Tribunal Federal Regional da 1ª Região homologou definitivamente o acordo entre Incra e o expropriante, autorizando a criação do assentamento e entrada definitiva das famílias na área.

Observou-se que no Assentamento os cultivos agrícolas predominantes são: abacaxi, banana, hortaliças e mandioca, além da diversidade de espécies nativas, como baru, pequi, caju e mangaba que são aproveitadas para a venda in natura e processamento artesanal. Na pecuária predomina- a criação de bovinos (produção de leite e derivados), frutos do cerrado, aves e porcos, para autoconsumo e comercialização em feiras, além do próprio assentamento.

CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES E DA FAMÍLIA

Todas as mulheres pesquisadas são de origem rural e possuem experiência anterior na atividade agrícola, no mínimo 20 anos na atividade, com faixa etária entre 35 e 60 anos. A maioria (15) das mulheres assentadas que participaram do estudo possui baixa escolaridade, estudando no máximo até a 4ª série (atual 5º ano), embora tenha ocorrido uma expressiva evolução na escolaridade dos membros da família, quando se compara a escolaridade entre pais e filhos.

Dentre as famílias das mulheres há uma média de 2 a 4 membros, com predomínio do casal como morador do lote. Percebe-se também que nas propriedades, onde as titulares são relativamente mais jovens essas possuem maior escolaridade que seus cônjuges/companheiros, e nestes lotes percebeu-se nitidamente, a maior participação das mulheres nas decisões, o que revela também que a escolaridade é uma importante estratégia de empoderamento feminino.

Em pesquisa do IBGE (2010), mostra que houve um aumento da escolaridade em relação aos homens, no ensino médio a frequência feminina é de 52,2% e a masculina 42,4%, além disso, há um maior percentual de mulheres no ensino superior (57,1%) na faixa etária de 24 anos, sendo maior do que os homens na mesma faixa etária.

⁴ A desapropriação por interesse social é aquela que condiciona a propriedade da terra ao cumprimento da sua função social, de acordo com o Estatuto da Terra (Lei Nº 4505, de 30 de novembro de 1964) verificada na forma prevista desta lei quando simultaneamente, favorece o bem-estar dos que nela vivem, mantém níveis satisfatórios de produtividade, assegura a conservação dos recursos naturais e observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho (BRASIL, 1964).

A maioria dos filhos(as) das mulheres pesquisadas moram, estudam e/ou trabalham fora do assentamento, predominantemente no centro urbano de Barra do Garças, fazendo visitas pontuais aos finais de semana, quando estão próximos ao Assentamento. A faixa etária dos filhos é bastante variável, média entre 15 a 29 anos, onde em 17 lotes, esses alcançaram a maioridade e apenas em um lote foi identificado, que mesmo o filho sendo maior de idade, ainda mora com a mãe, sendo responsável no acompanhamento das atividades diárias do lote, incluindo o turismo rural que é principal fonte de renda dessa propriedade, o que também demonstra o interesse pela sucessão e continuidade das atividades no lote.

De maneira geral a trajetória das mulheres do Assentamento Serra Verde, é marcada pela migração, o assalariamento rural ou urbano e nas lutas pela posse da terra, que culminaram na conquista do assentamento e na concretização de um sonho.

Essa terra aqui é meu sonho, eu não vendo, lutei muito pra ter esse chão aqui e a gente passa apertado muitas vezes... mais é meu sonho. (M5, 45 anos)

Eu e meu marido lutamos muito pra estar aqui e também para permanecer, tentamos todos os dias diversificar mais nossa produção, vendemos tudo que aqui dá é o nosso sonho e com muita luta debaixo do barraco, na beira da estrada conseguimos a nossa terra. (M1, 42 anos)

Quando eu resolvi acampar na beira da estrada, minha vida inteira eu trabalhei pros outros, em fazenda... queria um pedaço de terra pra mim...eu sonhei com isso...e pra mim isso aqui é mais que uma realização, é a minha vida. (M17, 48 anos)

Esses resultados corroboram com os encontrados por Alves (2006), que ao analisar o processo de conquista da terra por agricultores do município de Araponga, na zona da Mata mineira, desde o ano de 1979 verificou que esse processo constitui a (re)construção da identidade dos agricultores e faz parte da memória e história desse grupo, sendo também uma busca pela liberdade e autonomia de gerenciamento de algo próprio, que tanto sonharam.

Resultados semelhantes foram encontrados por Maia *et al.* (2018b) ao estudar assentamentos rurais no município de Nova Xavantina. Segundo esses autores, embora a conquista da terra tenha significados diferentes entre os assentados, essa remonta as memórias passadas e o sentimento de pertencimento a um lugar, de sonhos realizados, que por vezes, lhe foram tomados.

Quanto ao trabalho externo à propriedade, 17 mulheres mencionaram que

ocorre esporadicamente, sendo reservado ao homem, que realiza algum trabalho externo, voltado para a atividade agropecuária, em outras propriedades rurais, foram também mencionados a realização de serviços de pedreiro, eletricista, borracheiro e mecânico. Apenas uma das mulheres pesquisadas revelou que realiza trabalho externo no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no município de Barra do Garças, mas que retorna todos os dias para a propriedade.

Dentre as principais fontes de rendas mencionadas estão: aposentadoria, trabalho externo, mandioca, derivados (leite e cana-de-açúcar), frutíferas diversas (abacaxi, banana, baru, pequi, caju e mangaba), artesanato e turismo.

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS DECISÕES

Quanto a participação das mulheres em relação as atividades na propriedade, somente uma das mulheres pesquisadas afirmou que não participa das decisões. Nove mulheres decidem sozinhas sobre a distribuição de serviços e aspectos técnicos da condução de culturas e criações, venda de produtos e para quem é vendido; quais investimentos devem ser feitos e necessidade ou não de financiamento. Junto ao cônjuge decidem quanto a distribuição de serviços na propriedade e à introdução de novas culturas (13) e secundariamente sobre a venda de produtos e para quem é vendido (7). As mulheres pesquisadas têm menor poder decisão, em relação aos aspectos técnicos da condução das culturas e criações.

Refati, Fabrini e Marschner (2017) ao avaliarem o trabalho das mulheres em dois assentamentos rurais no Paraná encontraram resultados diferentes em relação a participação nas decisões. Segundo essas autoras, 20% das mulheres decidem sozinhas os financiamentos, a distribuição dos serviços e a introdução de cultivos novos, o homem especificamente é responsável pela compra e venda de produtos do lote (86,7%) e o plantio de culturas (60%) e a venda de animais (80%), nenhum homem e filho dos assentamentos pesquisados decidem sozinhos sobre essas atividades.

Durante a realização da pesquisa, percebeu-se que as mulheres que mais participavam das decisões eram aquelas que atuavam juntamente ao grupo de mulheres do assentamento que se uniram para comercialização dos produtos do lote vendidos in natura e os processados, através da produção artesanal/tradicional que dão uma característica de reconhecimento do saber-fazer, passado de geração a geração ou do conhecimento que foi adquirido em se especializar no processamento/beneficiamento daquele produto específico, como é o caso do baru e do requeijão, nos quais duas das mulheres pesquisadas são destaque por isso.

TRABALHO DAS MULHERES

De acordo com Moraes, Silva e Barone (2011) ao conhecer as singularidades do cotidiano das mulheres, é que compreendemos a percepção destas sobre as atividades que realizam, o significado do trabalho que executam, as dificuldades diárias para permanência e como de fato elas estão inseridas neste meio.

As mulheres pesquisadas ao serem questionadas sobre as atividades que realizam no dia-dia, os serviços são diversos, desde o trato com as criações, tirar leite, manejo da produção e colheita, beneficiamento dos produtos para comercialização, além dos serviços domésticos (limpeza da casa, o cuidado com os filhos, fazer as refeições principais: café da manhã, almoço e janta, lavar a roupa, etc), havendo muito pouco espaço para as atividades de lazer, apenas uma delas mencionou que pelos menos umas duas vezes por semana, deixa o serviço diário no lote para pescar.

Eu levanto cedo e já vou tirar leite, o meu marido traz as vacas pro curral enquanto eu preparo o café, terminei de tomar café, daí eu vou tiro o leite... ele não sabe tirar...aí aparta as vacas e vou mexer com as plantas, o trato do gado fazemos mais tarde...ele busca as vacas e nós dois tratamos juntos, fazemos tudo junto...depois em casa já é hora de preparar o almoço, daí e eu que faço, as galinhas é também nós dois...se um tá ocupado o outro vai e trata e assim vai...depois do almoço a gente dá uma cochilada e mais tarde é hora do gado de novo, consertar uma cerca ... serviço tem toda hora. (M15, 72 anos)

Todo dia eu levanto cedo e faço o café daí o meu marido vai cuidar das coisas na roça e eu fico com as coisas da casa, eu não aguento fazer muita coisa, é mais ele mesmo que tá mais novo e faz as coisas mais pesada, eu limpo a casa, lavo a roupa, faço o almoço e janta e passo a roupa se precisar. (M3, 72 anos)

Eu levanto cedo, tiro leite, mexo com o gado e meu marido vai consertar cerca ou vai fazer algum serviço em outro lote aqui dentro do assentamento mesmo, o lote fica mais por conta minha mesmo, porque ele precisa trabalhar fora, se não a gente não consegue sobreviver do que tem aqui... daí também faço meus doces pra vender na feira e depois do almoço fico mais dentro de casa e só no final da tarde é que coloco as vaca no curral e separo os bezerros pra não ter que ficar indo atrás delas no pasto. Eu gosto de pescar, daí dá um tempinho, pelo menos umas duas vezes na semana eu deixo tudo de lado e vou pescar. (M12, 44 anos)

Percebe-se pelos depoimentos acima, os múltiplos trabalhos que as mulheres realizam, que vão da esfera produtiva a doméstica, além das várias estratégias

(agregação de valor aos produtos, pluriatividade, comercialização, diversidade de produção) para permanência no lote. Há também relatos em que aparece nitidamente a divisão sexual do trabalho (o homem o serviço produtivo – da roça e a mulher o doméstico, do lar). Além disso, devido ausência dos filhos(as), netos(as) na propriedade, ficou nítido o cansaço expresso nas palavras e na fisionomia de cada mulher, e mesmo assim, ainda reflete-se um olhar de autoestima, de gosto pelo rural e de realização/missão cumprida a cada dia de permanência na propriedade.

Em relação ao questionamento sobre a tarefa que é considerada a mais importante pelos membros da família, todas as 20 entrevistadas responderam que são as tarefas laborais, as quais envolvem a produção agropecuária associada as atividades de subsistência e comercialização, e que essas caracterizam o agricultor familiar, pois o trabalho realizado predominantemente pelos membros da família na produção de alimentos. Nas famílias, ao mesmo tempo, há também uma desvalorização do trabalho da mulher nas atividades não agrícolas (limpar, lavar, passar, cozinhar, cuidar dos filhos), embora extremamente importante para a reprodução familiar, este serviço não é reconhecido, nem mesmo por elas, já que essas atividades domésticas não geram renda à família. Essa observação em campo relatada acima, vai de encontro aos resultados encontrados por Araújo, Oliveira e Monteiro (2015) que ao pesquisarem as condições de vida das mulheres do assentamento rural Santana Nossa Esperança, em Teresina, Piauí concluíram que o trabalho produtivo é mais valorizado pela família e o trabalho doméstico, executado predominantemente pelas mulheres, é desvalorizado, já que este não gera renda monetária.

Segundo Boni e Bosetti (2017) é importante o reconhecimento primeiramente da família, do trabalho que realizam, que possui uma relação direta com a segurança alimentar da população, a medida que produção de alimentos básicos dependem da força de trabalho familiar e a existência /resistência dessas famílias.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS MULHERES

A maioria das mulheres entrevistadas (19) participam de algum grupo, sendo predominante a associação do assentamento e o grupo de mulheres. Dentre as mulheres que participam do grupo de mulheres, denominado “Mulheres do Cerrado”, as atividades que realizam junto ao grupo envolvem principalmente o processamento/beneficiamento de alimentos (confeção de pães, bolos, bolachas, doces, queijo, requeijão, rapadura melado e conservas) e o artesanato (Figura 4).

A formação do grupo de mulheres se deu por intermédio do técnico do Incra José Juarez, que motivou a união dessas para produção e comercialização dos produtos, para evidenciar a importância do trabalho feminino no assentamento e também para que essas mulheres consigam uma renda do seu próprio serviço. Embora haja

um grupo de mulheres articulado para comercialização desses produtos, o trabalho coletivo na produção/confecção, propriamente não existe, já que realizam essas atividades individualmente nos lotes.

Figura 4 - Diversidade de produtos do grupo de mulheres do Assentamento Serra Verde. Feira da Agricultura Familiar, Lote 23, P.A. Serra Verde, Barra do Garças-MT.



Fonte: Maia (2017).

O grupo serve mais para que juntas possam participar na demonstração dos seus produtos em feiras e eventos, além de das capacitações técnicas que envolvem a confecção de receitas diversas e a higiene e manipulação de alimentos, conforme pode ser observado no depoimento da líder do grupo:

O Juarez chegou e perguntou se a gente queria montar um grupo de mulheres, daí juntamos as mulheres interessadas, que já faziam as coisas e tinham interesse em aprender outras coisas “Mulheres do Cerrado”, já que trabalhamos também diretamente com os frutos do cerrado. Começamos a fazer os cursos, veio o Senar, as faculdade e outras pessoas pra cá. Começamos a nos destacar nas feiras e eventos, as pessoas começaram a conhecer nossos produtos e comprar. Agora tem gente que vem comprar aqui, ou quando levamos vende grande parte ou quase tudo que fazemos. É muito divertido

o grupo, nas reuniões dávamos muitas risadas. O Juarez vem busca a gente pra participar, nos ajuda muito e estimula sempre pra que a gente continue participando.

A trajetória de formação do grupo de mulheres do assentamento é semelhante a outros trabalhos a respeito do tema (CARVALHO; SCHNEIDER, 2013; TRIGO, SANT'ANA; TARSITANO, 2009; SANT'ANA, 2003), onde as mulheres passaram a ganhar espaço público por meio da mediação dos agentes de ATER e demais agentes externos ao assentamento nesse processo. Corroborando com Mélo *et al.* (2014) que, analisando a participação das mulheres no grupo “Reciclarte” do Assentamento Carnaúba do Ajudante, em Serra Talhada, Pernambuco, verificaram a importância da interferência externa dos agentes de ATER na motivação das mulheres, no incentivo ao trabalho coletivo e no empoderamento feminino. Conforme Instrução Normativa nº 15/2004 (INCRA, 2004), é atribuída órgão de ATER o papel de fortalecer o processo de constituição da capacidade organizativa entre os(as) assentados(as).

Constatou-se pela pesquisa que as assentadas têm consciência sobre a importância da organização das mulheres e/ou trabalho coletivo para conseguirem autonomia e uma renda própria dos esforços do seu trabalho, e o papel do agente de ATER e de outras instituições que atuaram diretamente com o grupo, foi fundamental para o estímulo inicial na formação do grupo e do desenvolvimento de outras atividades no lote. Entretanto vale ressaltar, que seria necessário uma (re) estruturação do grupo para que os interesses das mulheres fossem defendidos e não se limitasse apenas aos encontros para realização dos cursos de capacitação (Figura 5) e comercialização dos produtos (em feiras e exposições).

As mulheres entrevistadas quando questionadas se sentem a vontade para expressar sua opinião tanto em público quanto na família todas as mulheres afirmaram que não possuem problemas neste sentido e que se sentem a vontade para expressar sua opinião. Até pelo histórico de participação da família dentro do assentamento, onde elas atuaram diretamente como líder/componente da associação do assentamento, do sindicato e do grupo de mulheres.

Dentre os desafios das mulheres para reconhecimento da profissão de agricultora, três delas mencionaram questões relacionadas a gênero, como pode ser observado no depoimento abaixo:

O maior desafio tá dentro de casa, que tem muitas mulheres que não participam porque o marido não deixa ou o filho tem ciúmes. (M1, 42 anos)

Já dezesseis (16) mulheres relataram a falta de recursos financeiros, e apenas uma das entrevistadas não soube responder:

Não tem dinheiro pras mulher, se tivesse um recurso ajudava a começar as coisas, a comprar o que precisa pra fazer. (M20, 50 anos)

Figura 5 – Assentadas do P.A. Serra Verde junto ao técnico do Incra em unidade demonstrativa de cultivo de milho com maracujazeiro. Chácara Canarinho, Nova Xavantina-MT.



Fonte: Maia (2016).

Os depoimentos acima reforçam a necessidade de atuação dos agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, do Incra, do poder público (Municipal, Estadual e Federal) e demais instituições (sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais, empresas, etc.); envolvidas na proposição e formulação de políticas de valorização do trabalho feminino, do reconhecimento de sua identidade, criando estratégias que assegurem a continuidade das atividades desenvolvidas pelas mulheres de forma autônoma, com reflexos diretos na reprodução socioeconômica das famílias.

CONCLUSÃO

As mulheres do Assentamento Serra Verde em sua maioria estão envolvidas nas decisões quanto aos aspectos produtivos e domésticos da propriedade, possuem forte engajamento político e social. Pode-se afirmar que a participação das mulheres do Assentamento Serra Verde em associações, sindicatos e grupos tem crescido e, portanto, revelam-se mudanças positivas, como em relação a diminuição da subordinação das mulheres do campo, e isso representa um marco histórico na trajetória dessas mulheres, assim como também é uma forte expressão de seu engajamento político e social, além disso a participação no grupo de mulheres tem proporcionado a elas o reconhecimento e renda por meio do trabalho que realizam.

A atuação do agente de ATER dentro do assentamento tem motivado a participação das mulheres na esfera pública o que denota a importância deste no processo de empoderamento feminino, mas ainda é necessário garantir a continuidade das atividades desenvolvidas pelas mulheres no grupo, criando-se estratégias que permitam a reprodução da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. A “conquista da terra”: (re)produção social e (re)construção histórica entre agricultores familiares do município de Araponga - MG. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 269-283, 2006 .

ARAÚJO, C. F.; OLIVEIRA, A. M. S.; MONTEIRO, M. S. **Condições de vida das mulheres do assentamento rural Santana Nossa Esperança, Teresina-PI**. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Trabalhos%20Completo/2_G%C3%AAnero%20e%20Gera%C3%A7%C3%A3o%20no%20meio%20rural/2B_G%C3%AAnero%20e%20Gera%C3%A7%C3%A3o%20no%20meio%20rural/4_Clarissa%20Ara%C3%BAjo.pdf. Acesso em: 12 jan. 2018.

BARDUNI FILHO, J; DELESPOSTE A. G.; CARVALHO, A. L. de. As novas perspectivas de gênero no meio rural: o papel feminino em (re)construção. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4., 2010 , Curitiba. **Anais...** Curitiba: Mundo rural, políticas públicas e atores em reconhecimento político, 2010: Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPR, 2010. Disponível em: <http://www.redesrurais.org.br/biblio/ag/F?sort=title&order=asc>. Acesso em: 10 set. 2018.

BONI, V.; BOSETTI, C. J. Camponês é aquele que produz seu próprio alimento”: segurança e soberania alimentar como meio de resistência. **Revista Grifos**, n. 42

, p. 211-228, 2017

BRASIL. Lei n. 4505, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 fev. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da%20Terra%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.&text=2%C2%B0%20%C3%89%20assegurada%20a,na%20forma%20prevista%20nesta%20Lei. Acesso em: 25 nov. 2020.

CARVALHO, C.; SCHNEIDER, S. “Fornadjeras”: mulheres, mobilidade social e gênero na produção de aguardente (grogue) em comunidades rurais de Cabo Verde/África. **Contemporânea**, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 215-232, 2013.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 93 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Histórico da questão Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questaoagraria/historico-da-questao-agraria>. Acesso em: 09 jan de 2018.

MAIA, A. H. **Vivências e projetos das jovens rurais: um olhar sob sua condição de mulher na agricultura familiar e a relação com suas estratégias de vida**. 99f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Ilha Solteira, 2011.

MAIA, A. H.; SANT’ANA, A. L.; SILVA, F. C. da; ZARATIM, A. P.P. Participação das mulheres a partir da formação de grupos produtivos em assentamentos rurais da microrregião de Andradina (SP). **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, v. 7, n.1, p. 294-310, 2018.

MAIA, A. H.; SANT’ANA, A. L.; SILVA, F. C. da. Políticas Públicas de Acesso à Terra: uma análise do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em Nova Xavantina

(MT). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 56, n. 2, Brasília, p. 310-317, 2018.

MENEGAT, A. S. Mulheres de assentamentos rurais: identidades e trajetórias em construção. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008. 7p.

MORAES, A.P.S.; SILVA, E.A. da; BARONE, L. A. A participação da mulher nos assentamentos rurais: um estudo no Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, v.14, n.1, p.115-134, 2011.

OLIVEIRA, G. V.; FERREIRA, P. A.; CORTE, R. T.; GAVLIK, M. Educação agroflorestal no assentamento rural Serra Verde: quatro anos de vivência. **Revista Corixo**, v. 1, n.6, 2018.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 320p.

REFATI, D. C.; FABRINI, J. E.; MARSCHNER, W. R. O trabalho das mulheres nos assentamentos Antonio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguazu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste - Paraná. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 20, n. 35, p.83-107, 2017.

SANT'ANA, A. L. **Raízes na terra**: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP). 2003. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

SANTOS, A. E. **Agrupamento de cidades de pequeno porte**: um estudo sobre Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO. 128f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2016.

SANTOS, N. A. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. **R. Pol. Públ.**, São Luís, Número Especial, p. 331-337, 2016.

TRIGO, J. M; SANT'ANA, A. L.; TARSITANO, M. A. A. **Participação das mulheres no trabalho e nas decisões familiares em assentamentos rurais**. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 39, p.18 - 30, 2009.